

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1008938-25.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Protesto Indevido de Título**  
 Requerente: **Jakson Henrique Goncalves - Me**  
 Requerido: **Élida Paula de Oliveira Campos e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos****Vistos.**

**Jakson Henrique Gonçalves ME** ajuizou ação de declaratória de inexistência de débitos cumulada com indenização por danos morais contra **Élida Paula de Oliveira Campos, Dias Scanfella Comercial Ltda, Palue Comércio de Madeiras e Materiais para Construção Ltda e Itaú Unibanco S/A**. Alega, em síntese, que em meados de 2016 o representante da autora prestou serviços à primeira requerida e ao seu marido, fez amizade com eles e, em janeiro de 2017, ela informou que tinha conhecimento dos dados de sua empresa e, assim, poderiam auferir lucros se empreendessem adequadamente e em conjunto. De modo inocente, sem saber a real intenção da primeira requerida, o representante da autora limitou-se a trabalhar normalmente, aguardando que a ela entrasse em contato para passar maiores informações. Passados alguns meses, sem mais ter contato com a primeira requerida sobre o possível negócio, tomou conhecimento de seis protestos, em favor das demais demandadas. No entanto, afirma que jamais realizou os negócios de compra e venda junto a tais empresas, não tinha conhecimento dos títulos, e nunca autorizou nada. Portanto, os valores cobrados são inexigíveis. Além disso, defende a ocorrência de danos morais. Juntou documentos.

Deferiu-se ao autor a gratuidade processual. Prestada a caução, oficiou-se para suspensão dos protestos.

**Dias Scanfelia Comercial Ltda** contestou alegando, em suma, que a primeira requerida compareceu em seu estabelecimento comercial, no início de 2017, com o contrato social da autora em mãos, informando que tinham estabelecido uma sociedade, na qual ela indicaria pequenos serviços para a empresa autora prestar e ela se incumbiria de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

comprar os materiais, pois tinha prática nesse ramo, até porque o marido dela, Anselmo, é engenheiro. Ela informou que o representante da autora, Jakson, autorizaria as compras, o que foi feito. O mesmo foi dito à empresa Palue Madeireira. A requerida indicou um cliente à autora, Embracom. A contestante descreveu as compras efetuadas. Nesse contexto, sustentou a exigibilidade dos títulos, a inexistência de danos morais, com a consequente improcedência da ação, assentando-se a litigância de má-fé. Juntou documentos.

**Itaú Unibanco S/A** também contestou alegando, em resumo, que é parte ilegítima, pois agiu como mandatário de cobrança. No mérito, argumentou que não há responsabilidade, sendo obrigação do devedor cancelar o protesto. Rebateu os alegados danos morais. Pediu ao final a improcedência da ação. Juntou documentos.

**Palue Comércio de Madeiras e Materiais para Construção Ltda** contestou alegando, em suma, impossibilidade de litisconsórcio passivo multitudinário, necessidade de correção do valor da causa, com impugnação à concessão da gratuidade processual à autora. No mérito, afirmou que o representante da autora, Jakson, esteve no estabelecimento da contestante com a primeira requerida, e que pediu para as atendedoras ligarem na LG Contabilidade, que forneceu os dados empresariais e demonstrativo dos últimos doze meses de faturamento. Jakson chegou a pagar alguns dos títulos emitidos, referente a outros materiais. Ele também autorizou a entrega, algumas vezes pessoalmente, outras pelo celular. Sustentou que houve relação entre a autora e a primeira requerida. Os bens foram fornecidos. Portanto, pediu a improcedência da ação. Juntou documentos.

**Élida Paula de Oliveira Campos** igualmente contestou alegando, em síntese, que constituiu sociedade informal com a autora, em que a requerida ficou responsável por indicar à autora serviços pequenos de reforma a terceiros, sendo os serviços de construção e demais de maior porte realizados pela empresa do marido, Anselmo, que é engenheiro civil. E, de fato, realizou diversas indicações de serviço à autora. Houve efetivas relações entre as partes. Fez vários depósitos. Impugnou a existência de simulação e, como consequência, dos danos morais. Afirmou que a autora é litigante de má-fé. Postulou a improcedência da ação. Juntou documentos.

A autora apresentou réplica, anexando novos documentos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Foram rejeitadas as matérias preliminares. Manteve-se a gratuidade deferida à autora e à requerida, assim como o valor atribuído à causa. Indeferiu-se o pedido de depoimento pessoal. Conferiu-se oportunidade para produção de prova testemunhal, tendo apenas as requeridas manifestado interesse.

**É o breve relatório.**

**Fundamento e decido.**

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja vista o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido é improcedente.

A autora alega que em meados de 2016 seu representante prestou serviços à primeira requerida e ao seu marido, fez amizade com eles e, em janeiro de 2017, ela informou que tinha conhecimento dos dados da empresa e, assim, poderiam auferir lucros se empreendessem adequadamente e em conjunto.

Embora não haja prova documental alguma a respeito dos serviços que a autora prestou à primeira requerida e a seu marido, presume-se a ocorrência do fato, pois não houve negativa em contestação.

De outro lado, não colhe a alegação de que, de modo inocente, sem saber a real intenção da primeira requerida, o representante da autora tenha se limitado a trabalhar normalmente, aguardando que ela entrasse em contato para passar maiores informações quanto à possibilidade de empreenderem em conjunto.

De fato, é preciso observar que a autora atua no ramo de comércio varejista de materiais de construção em geral, além de preparação de canteiro e limpeza de terreno, instalação e manutenção elétrica, instalações hidráulicas, sanitárias e de gás, obras em construções, serviços de pintura de edifícios e obras de alvenaria (fl. 26).

E todos os protestos efetivados, agora contestados pela autora, referem-se a aquisições que têm relação com o objeto social da empresa autora, isto é, não se trata de nenhum bem que seja desconexo com a finalidade e atuação da empresa demandante, o que enfraquece qualquer alegação de estranheza ou desconhecimento.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Dito isso, observe-se que, ao contrário do quanto alegado na petição inicial, não houve simples tratativa e promessa verbal de associar-se à primeira requerida. Com efeito, tivesse ocorrido apenas um contato passageiro e informal, a primeira requerida não teria acesso a dados e documentos da autora e conseguido, com isso, comprar bens em nome desta.

Mas mais importante para reconhecer a sociedade informal ou pelo menos a parceria estabelecida entre a autora e a primeira requerida consiste justamente nas transferências bancárias feitas pela demandada.

De fato, dentre outros documentos representativos do vínculo entre essas partes, merece destaque que **Élida** transferiu para a conta pessoal do representante da autora, **Jakson**, R\$ 9.508,80, em 14 de dezembro de 2016 (fl. 212); R\$ 5.000,00, em 10 de janeiro de 2017, para a conta da autora (fl. 213); além de haver depósitos em dinheiro na conta da autora, em 12 de maio de 2017, nos valores de R\$ 2.300,00 e R\$ 2.250,00 (fl. 217) e cheques compensados, em 12 de junho de 2017, nos valores de R\$ 543,00 e 470,00 (fl. 218).

Destaque-se que, em réplica, quanto a tais documentos, a autora os impugnou de modo genérico, sem nada explicar a respeito, dizendo que não impediriam o acolhimento da pretensão ou que violariam sigilo bancário (fl. 130). Ora, a requerida dispõe desses documentos justamente porque a relação que manteve com a autora foi muito além de uma simples tratativa inicial, o que se revela natural em pessoas que se dispõem a associar-se para empreender em conjunto.

É o quanto basta para afastar as alegações iniciais, no sentido de que o representante da autora teria se limitado a mera projeção de trabalho em conjunto com a primeira requerida. Os documentos, mais especificamente as transferências bancárias, depósitos em dinheiro e cheques compensados falam por si, à falta de explicação pertinente da autora.

Nesse contexto, em que os documentos permitem afirmar a existência de relação jurídica não formalizada entre a autora e a primeira requerida, é que se reputa desnecessária a produção de prova oral, a qual foi requerida, diga-se de passagem, apenas pelas requeridas. A prova oral, certamente, apenas reforçaria o desfecho de improcedência,


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

razão pela qual não se mostra necessária.

A empresa **Palue** afirmou que o representante da autora, Jakson, esteve no estabelecimento da contestante com a primeira requerida, e que pediu para as atendedoras ligarem na LG Contabilidade, que forneceu os dados empresariais e demonstrativo dos últimos doze meses de faturamento. Jakson chegou a pagar alguns dos títulos emitidos, referente a outros materiais. Ele também autorizou a entrega, algumas vezes pessoalmente, outras pelo celular. Pois bem. Seria este o objeto de parte da prova testemunhal, o que apenas reforçaria, como dito, o decreto de improcedência.

Assentada a relação jurídica entre a autora e a primeira requerida, os débitos são exigíveis, porque houve comprovação de entrega das mercadorias, e os protestos são válidos. Não há que se falar, assim, em danos morais. Esse desfecho, entretanto, não impede que a autora, em ação própria, discuta amplamente a relação contratual mantida com a primeira requerida, até para eventual exercício de direito de regresso.

Todavia, observados os limites da causa de pedir, não é caso de aprofundamento dessa relação nesta demanda. As partes poderão, em sede própria, trazer a lume todos os detalhes da relação que mantiveram, discutir a destinação dos bens comprados em nome da empresa autora, e assentar, em face de quem de direito, qual a extensão da responsabilidade pelo pagamento dessas mercadorias.

Por fim, descabe a condenação em litigância de má-fé, em relação a quaisquer das partes, porque atuaram no curso do procedimento na tentativa de demonstrar a veracidade de suas alegações e, além disso, como já assentado, *a aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico, perfeitamente identificável a olhos desarmados, sem o qual se pune indevidamente a parte que se vale de direitos constitucionalmente protegidos (ação e defesa)* (STJ. 3ª Turma. REsp 906.269, Rel. Min. **Gomes de Barros**, j. 16/10/2007).

Ante o exposto, **julgo improcedente o pedido, revogando-se em consequência a tutela provisória e extinguindo-se o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil; oficie-se aos tabeliães.**

Condeno a autora ao pagamento das despesas processuais e honorários

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

advocatícios, que fixo por equidade em R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), para cada patrono das partes demandadas, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, respeitada a hipossuficiência, na dicção do artigo 98, § 3º, do mesmo diploma legal.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 17 de maio de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**